

O MARTELO DAS FEITICEIRAS (*MALLEUS MALEFICARUM*) E A MISOGINIA: INTRODUÇÃO ÀS LUTAS FEMINISTAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

The Witch Hammer (*Malleus Maleficarum*) and misogyny: introduction to feminist struggles in deaf education

Lygia Portilho Neves¹

RESUMO

Cresce o número de alunos surdos no Ensino Superior, usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras –, como sua primeira língua. Isso tem como decorrência imediata a necessidade de produção de conhecimento nessa língua, para que se dê suporte acadêmico à necessária expansão de conhecimento. Neste trabalho, destacamos alguns conteúdos em que é possível identificar práticas de perseguição e discriminação da mulher, como no livro *O martelo das feiticeiras*, traduzido do latim *Malleus Maleficarum*. Buscamos, assim, combater a misoginia e o machismo na perspectiva histórica da proposta deste trabalho, discutir conceitos ligados

ABSTRACT

The growing number of deaf students in higher education, those who use the Brazilian Sign Language – Libras –, as their first language, has as an immediate consequence the need for knowledge production in their language to provide academic support for the necessary expansion of knowledge. In this work we highlight some contents in which it is possible to identify practices of women persecution and discrimination as the book *The Hammer of Witches* translated

¹ Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, Brasil. Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Prefeitura de Duque de Caxias, Duque de Caxias, RJ, Brasil, Capes; nevesly4@gmail.com.

à questão da luta das mulheres contra a opressão de gênero, apresentando aspectos que emergem dessa obra, a fim de compor um material bilíngue que sirva de elemento estruturante para o debate sobre feminismo em contexto bilíngue.

from the Latin title *Malleus Maleficarum*. Therefore, we seek to combat misogyny and chauvinism in this historical perspective through the proposal of this work, to discuss concepts related to the issue of women's struggle against gender oppression, presenting aspects that emerge from that work in order to compose a bilingual material that serves as a basic structuring element for the debate on feminism in a bilingual context.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismo; Misoginia; Educação bilíngue; Surdos; Libras.

KEYWORDS

Feminism; Misogyny; Bilingual education; Deaf; Pounds.

Introdução

Este artigo é resultado de uma dissertação de mestrado em Diversidade e Inclusão que busca compreender, numa perspectiva histórica, o processo de demonização da mulher. Ou seja, diante de tanta violência praticada contra a mulher por sua condição de mulher, e em muitos países sendo essa violência legitimada, apresentamos através de um DVD narrado em Libras e legendado em português aspectos considerados fundamentais para a compreensão histórica da misoginia e da vida das mulheres na atualidade.

Partindo da obra *O martelo das feiticeiras*, escrita em 1484, buscamos possibilitar o acesso a um texto histórico, escrito há mais de cinco séculos, e abordar também a ideia de processo histórico: a violência a que as mulheres são submetidas em diversas sociedades na atualidade tem raízes históricas que precisam ser conhecidas para dar mais densidade às lutas feministas surdas.

Desde a época em que o livro foi escrito, e em muitas culturas além da Europa, a mulher era temida, mas a perseguição oficial à mulher e sua

demonização se deu a partir da divulgação do livro que se tornou o manual dos inquisidores, *Malleus Maleficarum* (título original em latim), que na tradução para o português ficou conhecido como *O martelo das feiticeiras*.

O produto do mestrado profissional se estrutura em três etapas. A primeira, cujo objetivo é introduzir o tema, apresenta cinco conceitos centrais ligados ao tema feminista: Misoginia, Estupro, Machismo, Desigualdade e Violência. Para a construção dos verbetes foi apresentada uma pesquisa com uso do dicionário Aurélio, e os sinais dessas palavras.

A segunda etapa tem como objetivo identificar aspectos das origens históricas da misoginia, com algumas ideias do livro *O martelo das feiticeiras*, escrito pelos inquisidores alemães Heinrich Kramer e James Sprenger. Essa obra, considerada uma das mais importantes da cultura ocidental, contém um conjunto de leis que vigoravam no estado teocrático. Estima-se que 85% dos condenados à fogueira eram mulheres, vítimas preferenciais dos tribunais de Inquisição. Com base nesse trabalho, destacamos alguns conteúdos em que foi possível identificar práticas de perseguição e discriminação da mulher.

E por fim, a ideia da terceira etapa foi trabalhar o conceito de resistência, com a apresenta breves trajetórias de duas importantes ativistas que se tornaram exemplos de luta das mulheres pela conquista de direitos e do movimento feminista: Malala Yousafzai, ativista paquistanesa, a pessoa mais nova a ser laureada com um prêmio Nobel, em 2014. É conhecida principalmente pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação na sua região natal do vale do Swat no nordeste do Paquistão, onde os talibãs locais impedem as jovens de frequentar a escola. Desde então, o ativismo de Malala tornou-se um movimento internacional.

E Nadia Murad Basee Taha, outra ativista de direitos humanos ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 2018, e desde setembro de 2016 a primeira Embaixadora da Boa Vontade para a Dignidade dos Sobreviventes de Tráfico Humano das Nações Unidas. Ela foi sequestrada pelo grupo terrorista Estado Islâmico do Iraque e do Levante em agosto de 2014 aos 21 anos. Murad estudava e vivia na aldeia de Kocho em Sinjar, norte do Iraque, quando os combatentes do Estado Islâmico invadiram a comunidade e mataram 600 pessoas, incluindo seis dos irmãos e meio irmãos de Nadia. Eles sequestraram e escravizaram as mulheres mais jovens. Naquele ano, Murad foi uma das mais de 6.700 mulheres

aprisionadas pelo Estado Islâmico no Iraque. Ela foi mantida como escrava na cidade de Mossul, espancada, queimada com cigarros e estuprada quando tentava escapar. Em novembro de 2014, Nadia conseguiu escapar depois de seu captor deixar a casa aberta.

O propósito dessas três etapas foi construir a ideia de processo histórico, compreender as dinâmicas da opressão, da resistência, e tornar acessíveis a pessoas surdas esses conceitos implicados nas lutas históricas da mulher.

1 Militância e produção de conhecimento

A defesa de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão pelo CMPDI (da Universidade Federal Fluminense/UFF) ocorreu em dezembro de 2018. Foi uma grande oportunidade de organizar teoricamente minha prática como militante feminista e desenvolver esse produto que pudesse desencadear os debates acerca das questões que refletem a realidade das mulheres na atualidade, em diversos países, como: o feminicídio, a falta de acesso à escolarização, a circuncisão, o estupro, a violência doméstica, a desigualdade no mercado de trabalho, a dupla jornada e tantas outras violências a que são submetidas. Esses temas circulam com força na mídia em geral, nos movimentos sociais, nas redes sociais, nas produções acadêmicas, literárias e artísticas, e estão fortemente judicializados. Hoje, por exemplo, no Brasil temos a Lei Maria da Penha, e em alguns estados e municípios, como o do Rio de Janeiro foram criadas áreas específicas para mulheres nos transportes públicos. A decisão legislativa nesse estado tem por objetivo coibir o assédio sexual contra a mulher.

No entanto, toda essa movimentação não é suficiente para que a população surda tenha acesso ao conhecimento, e muito menos à problematização de certos assuntos que atingem diretamente as mulheres surdas. Tanto os homens surdos quanto as mulheres surdas têm acesso bastante limitado a informações de qualidade, o que impacta negativamente em seu processo de socialização.

Cidadania e informação são inseparáveis, portanto, para que a mulher surda conheça seus direitos. Ela necessita de acessar os conteúdos, participar do debate, contribuir a partir de sua perspectiva e desenvolver junto à coletividade estratégias de resistência. Mas, como garantir essa participação se o acesso ao conhecimento não está garantido, pois não há uma política linguística para surdos no Brasil? Que garanta direitos como a necessidade de intérpretes e de

correções de provas diferenciadas, mesmo que o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005² apresente uma série de direitos linguísticos aos surdos, como o conhecimento da Libras como língua e do português como L2.

É necessário expandir essa política, refinar, melhorar. Uma das lacunas diz respeito às políticas públicas que garantam o acesso à língua de sinais por bebês surdos e a suas famílias ouvintes. A falta dessa política tem repercutido na vida social e escolar das crianças surdas.

Nem os conteúdos veiculados pela mídia e muito menos as escolas garantem significativamente a circulação de informações em Libras para os surdos. As legendas em português na mídia televisiva, por exemplo, são restritas a alguns programas. Mesmo em escolas regulares com a presença de tradutores intérpretes, ou em escolas bilíngues cujos projetos pedagógicos contam com professores bilíngues, o acesso a esses conteúdos não está garantido, pois a produção acadêmica no Brasil em Libras é insuficiente.

Os surdos sempre sofreram segregação, perseguição e exclusão por não se enquadrarem à maioria das pessoas da sociedade, e isto não é muito diferente do que sofrem na atualidade (exceto os extermínios). Ainda são vistos como inferiores, desprezados e marginalizados. Segundo a autora Perlin (2004, p. 80), as narrativas surdas constantes à luz do dia estão cheias de exclusão, de opressão, de estereótipos. Portanto, para além da militância em associação de surdos, ela defende também a produção e a expansão da produção acadêmica em Libras nas escolas de uma maneira geral e no Ensino Superior.

2 Desafios atuais da educação de surdos: produção de conhecimento em Libras

A educação bilíngue para surdos é ainda um grande desafio em todos os segmentos escolares. No Ensino Superior e no Ensino Médio esse desafio é uma barreira a ser enfrentada em função da demanda de leitura de textos acadêmicos. O acesso ao conhecimento, que em sua grande maioria está em Língua Portuguesa, gera uma grande demanda de criação de materiais acadêmicos em língua de sinais. Lembramos que a educação bilíngue para surdos no Brasil está amparada por um conjunto de legislações e documentos indutores, sendo que

² Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

os pressupostos mais relevantes e que estão determinando a atual configuração da educação de surdos no Brasil estão contidos no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

A mobilização que a comunidade surda promoveu em torno da luta para o reconhecimento da língua de sinais como língua de socialização e escolarização obteve êxito com a publicação da Lei n. 10.436/2002, e, posteriormente, com o Decreto 5.626, que regulamenta seu uso e difusão, mas ainda não garantiu uma política linguística de fato. Os desdobramentos positivos nesses dezesseis anos são inquestionáveis. Citamos como exemplo a criação dos Cursos de Letras/Libras presencial e a distância, do Curso de Pedagogia Bilíngue, presencial e a distância, oferecido pelo INES, dos cursos de formação de tradutores intérpretes, bem como a criação da TV INES³.

Entretanto, ressaltamos que os surdos ainda precisam se organizar politicamente para fazer valer os seus direitos. A luta por uma política linguística é a pauta da luta de hoje. Pessoas surdas, por serem de minoria linguística, encontram até hoje dificuldades de comunicação na sociedade, principalmente no acesso às informações e até dentro da própria família. De uma maneira geral, a escolarização oferecida aos surdos não cumpre o mínimo desejável de modo que possam ter acesso ao conhecimento em Língua Portuguesa, e, por falta de material, também em língua de sinais.

No Ensino Superior, por exemplo, urge que se produzam materiais acessíveis aos textos acadêmicos mais complexos. O aluno de graduação precisa conhecer a complexidade do pensamento teórico de autores como Karl Marx, Bourdier, Piaget, Sartre, Marilena Chauí, e de tantos outros autores.

Vale destacar que a Libras foi desenvolvida pela comunidade surda brasileira e tem seus primeiros registros no século XIX. Seu uso sempre foi objeto de muita polêmica por parte dos profissionais que atuavam na educação de surdos.

Como vimos, esse debate hoje está mais pautado na necessidade de uma política linguística que garanta o acesso à língua de sinais desde os primeiros anos de vida ao surdo brasileiro. Embora o capítulo VI do decreto nº 5.626, artigo 22 determine que se organizem para a inclusão escolar:

³ Primeira TV via WEB toda acessível para surdos, criada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos no ano de 2013.

- I – Escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- II – Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Essas classes bilíngues só podem ser exitosas se houver uma política que garanta o acesso das crianças surdas brasileiras à língua de sinais.

O reconhecimento da Libras como língua das comunidades surdas brasileira abriu caminho para a educação bilíngue para os surdos e para a aceitação da existência de uma “cultura surda”, mas ainda é preciso muita mobilização política.

O movimento político dos surdos tem sido protagonizado pela Feneis. Historicamente, os surdos já tinham se organizado socialmente desde o início do século XX. Segundo ROCHA (2016), o professor João Brasil Silvado, do Instituto Nacional de Surdos Mudos do Rio de Janeiro, ex-diretor da instituição no período de 1903/1907, ajudou a fundar a Associação Brasileira dos Surdos Mudos – A.B.S.M, que funcionava nas dependências do Instituto Central do Povo, no Rio de Janeiro. Era uma associação evangélica de natureza filantrópica. O estatuto da associação, de 24 de maio de 1913, prevê que o objetivo principal da associação seria o de ‘Promover tudo que for para o bem dos surdos mudos do Brasil, *physica*, *moral*, *intellectual* e *socialmente*’. Em dezembro de 1914 é publicado o primeiro número do *Ephphatha*, jornal mensal da A.B.S.M. que tinha como redator-chefe o professor Silvado e os redatores surdos Ernesto da Conceição e Jeronymo dos Santos.

Portanto, podemos constatar que a mobilização dos surdos vem de longa data e o conhecimento dessa mobilização histórica também precisa circular na comunidade surda para fortalecer as atuais e necessárias lutas. Hoje o movimento da comunidade surda é pela Educação Bilíngue.

Atualmente convoca-se questões ligadas às culturas e comunidades surdas: bilinguismo, militância surda, direitos humanos, luta contra a opressão

ouvintista. São demandas que refletem também os sentimentos das comunidades surdas, seus caminhos, suas angústias, e seu orgulho linguístico.

A capacidade de luta dessa comunidade nos anima a pensar que ao acessar conteúdos sobre as raízes históricas da opressão à mulher e consequentemente da mulher surda, podemos criar uma luta dentro da comunidade surda, a luta feminista, que tenha força para mudar essa história de opressão que, somada à opressão linguística, se fortaleça e se torne libertária. Para tanto, é preciso acesso ao conhecimento, à história, para que haja adesão consciente aos movimentos de libertação das mulheres surdas contra o jugo patriarcal, machista e misógino.

É preciso semear novo movimento de luta, uma resistência ao poder que oprime num cenário sociopolítico nacional desfavorável às lutas sociais das mulheres surdas que infelizmente têm pouca visibilidade. Por serem surdas e mulheres. O movimento é um processo em todas as constituições dinâmicas de poder: cultural, linguístico e educacional. Vale destacar que os surdos de uma maneira geral conquistaram muitos avanços nas últimas décadas, mas a luta segue e não pode amornar.

Ressaltamos que a luta por uma política linguística se apresenta inquietante. Sendo o surdo compreendido como uma minoria linguística, usuário de uma língua visual sem registro escrito, é um desafio constante a luta para o acesso à Língua Portuguesa. Entre a determinada língua-alvo (Libras), e padrão (Língua Portuguesa) existem vários desafios no processo educacional e no ensino-aprendizagem.

O acesso aos conteúdos curriculares ainda está longe do ideal. Portanto, nosso compromisso neste estudo é apresentar um produto bilíngue que possa contribuir com seu conteúdo para a educação de surdos.

Ensinar leitura e escrita em L2 para surdos também é um desafio. Por isso, é necessário buscar alternativas para viabilizar o acesso, com qualidade, aos conteúdos da Língua Portuguesa, com materiais didáticos que possam promover ensino bilíngue decente.

Discussões acerca do letramento, garantindo prioritariamente o acesso a Libras como L1 e ao português como L2, em sua modalidade escrita, ainda carecem de clareza na aplicação dessa perspectiva teórica. O desenvolvimento da leitura e da escrita é sempre um desafio para o surdo e seu professor. Há muita dificuldade no processo.

De acordo com Karnopp e Pereira (2012),

Essa dificuldade pode ser atribuída não só às concepções de leitura e de escrita que embasam as práticas pedagógicas utilizadas na escola, mas também ao pouco conhecimento do português que a quase totalidade dos surdos apresenta quando chega à escola. (KANRNOP & PEREIRA, 2012, p.126).

Podemos afirmar que os desafios da educação de surdos começam com a ausência de políticas linguísticas que garantam acesso aos sentidos que o mundo produz nas dimensões familiares, escolares e sociais como um todo.

Constatamos, portanto, que as primeiras inserções sociais dos surdos, na família e na escola, são prejudicadas pela ausência de uma atenção linguística. Esse prejuízo se estende ao longo de sua vida escolar e social, impactando negativamente sua apropriação de conhecimentos escolares e do mundo. Por isso, nossa proposta aqui é apresentar aspectos do debate feminista numa perspectiva histórica visando informar, produzir conhecimento e instigar as mulheres surdas a refletir sobre sua identidade.

Esse cenário envolve as diversidades da comunidade surda, que merece ter vasto conhecimento de saberes através da sua língua e da sua cultura, viabilizado por uma metodologia visual dos acontecimentos da realidade social que procure discutir tópicos relacionados aos direitos das mulheres.

Dar visibilidade ao Feminismo como movimento equânime que combate o preconceito de gênero, a opressão da mulher dentro do sistema patriarcal, as práticas machistas e a organização sociocultural sexista. Salientar o Feminismo como um movimento que procura “superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo” (ALVES e PITANGUY, 1984, p. 08).

A citação de Alves e Pitanguy proporciona um olhar para uma nova política, baseada em movimentos de conscientização com o intuito de definir o feminismo como forma de empoderamento da mulher surda dentro de uma sociedade autoritária, patriarcal e ouvintista.

3 A mulher surda e a construção das identidades de gênero

Quando foi criado no ano de 1856, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos era misto. Meninas e meninos surdos estudavam na mesma instituição. Entretanto as mulheres surdas ficaram em desvantagem quando uma deliberação proibiu as meninas de frequentarem o Instituto. Segundo Rocha (2008),

Quanto às meninas, como vimos acima, dizia ser impossível serem educadas em ambientes mistos. Os internatos para ambos os sexos não faziam parte de nossos costumes. Um internato exclusivo para meninas, como havia em alguns países da Europa, era impensável numa sociedade que não oferecia possibilidades de emprego para as mulheres. Para o diretor, a instrução deveria ter como meta oferecer mão de obra para as atividades agrícolas, portanto as meninas estavam fora desse projeto. Reconhecendo seu direito à instrução, recomendava o ensino em casa ou a admissão em escolas do sexo feminino (ROCHA, 2008, p.54).

As meninas surdas só voltam ao Instituto em meados da década de 1930, em regime de externato para oficina de bordado. Portanto, enfrentam os desafios da surdez em desvantagem. A prioridade era para os alunos surdos. São infinitos os exemplos de como as mulheres tiveram que lutar para conquistar direitos que lhes foram e ainda são negados. As questões das mulheres surdas não estão dissociadas das questões das mulheres de uma maneira geral.

No início do século XX, quando as meninas surdas ainda não tinham acesso garantido aos estudos, temos registros da luta das mulheres na Revolução Russa de 1917. Muito bem documentada, essa participação tem sido reconhecida como fundamental para algumas conquistas das mulheres hoje. Em relação à opressão familiar que sofriam e que ocorria em decorrência do pouco acesso à escolarização e ao mundo do trabalho, e, em muitos casos devido à a dupla jornada. Segundo Nadiéjda Konstantínovna Krúpskaia, no livro *a Revolução das mulheres*,

(...) ainda há muitas dificuldades no caminho da libertação feminina em relação à opressão familiar. A maior delas é o fato de que as mulheres estão soterradas até o pescoço pelo trabalho em casa, pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com as crianças; a mulher está fortemente amarrada ao lar por infinitas tarefas e cuidados que não lhe permitem nem em pensamento deixar o fogão, a pia, os filhos. É por isso que o programa do Partido Comunista trata da necessidade da abertura de creches e jardins de infância, lavanderias, e refeitórios comunitários, locais que façam reparos etc., tudo que alivie o trabalho da mulher e dê a ela a possibilidade de participar da vida social. (KRÚSPKAIA, 2017, p.103, 104).

O que estava em jogo era conquistar espaços e responsabilizar o mundo social por essa conquista. Criar políticas que garantissem a igualdade de direitos. A luta das mulheres surdas também se alinha a todas essas lutas, embora haja outra luta que deve ser travada diariamente. A luta por acesso à informação e ao conhecimento, a luta por igualdade linguística. Esse contexto envolve a

comunidade surda que luta para ter direito aos saberes produzidos em sociedade através da sua língua. Ter acesso e também produzir conhecimento.

Além da luta por uma política linguística, as mulheres surdas também enfrentam outros desafios sociais, políticos e existenciais, que são os das mulheres surdas homoafetivas, negras, indígenas, quilombolas e de outras tantas identidades que impactam sua cidadania e aprofundam desigualdades.

A pesquisadora e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Heloisa Buarque de Holanda, em obra recente, de 2018, discute uma nova ordem na movimentação das mulheres em torno de suas lutas:

Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeraram, gritando diante da ameaça de retrocesso que representava a aprovação do Projeto de Lei 5.069/2013, que dificultaria o acesso de vítimas ao aborto legal. Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles gris não seriam passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos, ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo. Elas chegaram e falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação. E para meu maior espanto, suas demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca. (DE HOLANDA, 2018, p. 11).

Temas como feminismo lésbico, feminismo negro, feminismo branco, feminismo indígena, feminismo transexual, e tantos outros, estão intimamente ligados a esse trabalho, cujo propósito além de informar é promover uma consciência feminista surda. Tal como na obra acima citada.

As mulheres surdas precisam trazer para o espaço coletivo seus desafios políticos e existenciais. A ideia não é fragmentar a luta, mas advertir que há questões específicas em cada movimento. Por isso é importante se colocar no lugar do outro.

É urgente que as mulheres surdas se alinhem a essas lutas e tragam suas questões pessoais e suas identidades. Até porque somos um país com fortes marcas patriarcais, machistas, e muito violento com as mulheres. É preciso que as mulheres surdas tenham acesso a essa literatura do conhecimento produzido, por isso o projeto de dissertação e produção de material pretende abrir essa discussão, para fazer brotar um pensamento feminista surdo.

Durante o evento que promovemos na Feneis, citado anteriormente, o debate sobre o patriarcado e machismo levou as mulheres surdas a refletirem e muitas delas se deram conta de que aqueles temas tratavam também de suas vidas pessoais. Há vários relatos tristes de mulheres da comunidade surda que foram violentadas sexualmente e que, devido à dificuldade de comunicação com os familiares, surdas, se abstêm de fazer a denúncia; algumas também não sabem como denunciar. E muitas da comunidade surda, por falta de informação a respeito da relação sexual, tiveram gestações indesejadas. Obviamente que, para as surdas obterem a informação de qualidade em Libras, os médicos e os policiais precisam saber se comunicar em Libras ou contar com a presença de intérprete de Libras, porém, infelizmente, isso raramente acontece.

As possibilidades de ações de resistência e consequentemente seu empoderamento consistem também no fato dos surdos serem vistos como minoria linguística e não mais como pessoas com deficiência. O corte epistemológico que identificamos nas últimas décadas trouxe um novo olhar para a surdez. Esse olhar libertador do ponto de vista linguístico abre um enorme espaço de acesso ao conhecimento para as mulheres surdas. Quantas não entendem e desconhecem as lutas feministas que adentram diversos conceitos como: gênero, machismo, patriarcado e misoginia, por falta de materiais bilíngues?

Por que elas precisam conhecer as lutas feministas? Para que possam se integrar às manifestações de caráter social, cultural, educacional e político, construindo sua cidadania por meio de palestras, aperfeiçoamentos, cursos e encontros, onde será promovida uma discussão metódica, crítica, sociológica, política, epistemológica para trazer acontecimentos da realidade social que constitui uma observação da problematização que se percebe no cotidiano das mulheres surdas brasileiras.

Portanto, a tomada de consciência de sua situação social no mundo é urgente e se dá por meio do acesso à informação e ao conhecimento. O que é veiculado na mídia como informação, o que emana dos textos teóricos. Tudo isso precisa fazer sentido. A capacidade de resistir está implicada no acesso ao conhecimento. Assim, construímos esse trabalho para contribuir para o acesso ao conhecimento e a busca por reflexões com potência transformadora.

Além da falta de comunicação, a própria saúde das mulheres surdas é colocada em risco, pois elas se restringem apenas a informações básicas, e muitas

nem sequer possuem o conhecimento sobre a AIDS, DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e sobre prevenção à gravidez, principalmente as de nível social mais baixo, que não possuem o acesso à internet, e nunca aprenderão, enquanto não houver a educação sexual e de saúde nas escolas bilíngues, e “morrem dela, como muitos outros, por falta de informação” (LABORIT, 2000, p. 111).

E o machismo acaba levando à culpabilização da vítima de violência sexual, e muitas vezes, as mães são criticadas por não terem “educado” as filhas surdas, lembrando que a conversa entre pais e filhos sobre a sexualidade ainda é tabu hoje em dia. No entanto, o problema se agrava, quando não há comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos que nem sequer ouvem falar acerca da sexualidade na vida cotidiana através da mídia, revistas, jornais ou até mesmo nas escolas inclusivas.

A mulher surda é comparada à mulher deficiente. Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença. No momento em que somos chamadas de deficientes, somos comparadas às mulheres ouvintes. Essa é uma representação que assume aspectos de discriminação de nossa língua e cultura pelo completo desconhecimento do valor linguístico que a língua de sinais possui e também pelo completo desconhecimento da significação do ser mulher surda, ou seja, ser uma pessoa que entende o mundo pelos olhos e necessita de informação em sua língua visual (PERLIN EVILHALVA, 2016, p.6).

Por isso que este artigo contribui com a temática das mulheres surdas e as transformações em sua história, mantendo a referência do que aconteceu com os movimentos surdos sob a liderança feminina, na Câmara Nacional, em luta intensa pela Educação dos Surdos.

Embora os surdos fossem discriminados ao longo da história, as mulheres eram totalmente invisíveis. Quase não há registros históricos de Mulheres Surdas, porém há pequenas histórias de mulheres surdas que se inspiraram nas lutas de outras pelo mundo. Além de mostrar a importância de incluir as mulheres surdas na luta feminista, pois a libertação, a autonomia e a identidade das mulheres surdas dependem cada vez mais de incluí-las nos diferentes grupos, regiões, raças, crenças e classes sociais, pois as mulheres encontradas fora do movimento feminista são as que estão em maior estado de vulnerabilidade, ou seja, as que mais necessitam do feminismo como forma de conhecer-se, construir-se, proteger-se, e principalmente, ter o acesso à informação de qualidade.

4 O livro: *O martelo das feiticeiras*

O livro divide-se em três partes, sendo que cada parte subdivide-se em capítulos chamados Questões. A primeira parte é tem como título “Das três condições necessárias para a bruxaria: o diabo, a bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso” e contém dezoito questões. A segunda parte se intitula “Dos métodos pelos quais se infligem os malefícios e de que modo podem ser curados”. A terceira parte é intitulada “Que trata das medidas judiciais no Tribunal Eclesiástico e no Civil a serem tomadas contra as bruxas e também contra todos os hereges que contém XXXV questões onde são clarissimamente definidas as normas Para a instauração dos processos e onde são explicados os modos pelos quais devem ser conduzidos, e os métodos para lavar as sentenças”. Na realidade, são etapas orientando a identificação, a inquirição e a condenação.

A ideia central do livro é a de que o demônio procura fazer o máximo de mal aos homens para apropriar-se de suas almas. O corpo é passível de dominação do demônio. A influência demoníaca é feita através do controle da sexualidade, e por ela, o demônio se apropria primeiramente do corpo e depois da alma do homem. Segundo o livro, as mulheres são o instrumento de ação demoníaca. Inclusive são acusadas de copular com o demônio, e por isso teriam poder de provocar, dentre outros males, a impotência masculina.

A atualidade dessa obra nos instiga. A situação da mulher hoje no mundo pode ainda estar repercutindo o ódio disseminado nas páginas desse livro e nas cerimônias públicas de queima das “bruxas”. No prefácio da edição de 1991, o médico psiquiatra e analista, Carlos Amadeu B. Byington afirma que,

Ainda que a bula papal, que investiu Sprenger e Kramer como inquisidores contra a bruxaria, mencione bruxos e bruxas, o *Malleus* é dirigido principalmente às bruxas. Seu texto é alimentado pelo ódio à mulher, pela misoginia, em função da qual são atribuídas a ela características desabonadoras, amealhadas enciclopedicamente e interpretadas com conotações machistas, as mais pejorativas, na primeira parte do livro, para justificar as práticas terríveis prescritas na terceira parte: A razão natural para isto é que ela é mais carnal que o homem, como fica claro pelas inúmeras abominações carnis que pratica. Deve-se notar que houve defeito na fabricação da primeira mulher, pois ela foi formada por uma costela de peito de homem, que é torta. Devido a esse defeito, ela é um animal imperfeito que engana sempre. (BYINGTON, 1991, p. 23)

Símbolo oficializado do mal, a mulher carrega o peso histórico dessa demonização. Podemos afirmar que a situação da mulher nos dias atuais é decorrência dessa cultura misógina e violenta. Como romper com isso é o nosso grande desafio.

O livro em questão foi publicado em 1484, na Alemanha, pelos padres dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger, em cumprimento à bula papal *Summis Desiderantis Affectibus*, de Inocêncio VIII, que os autorizava criar um manual de combate aos praticantes de heresias. O *Malleus Maleficarum* nasceu da necessidade que a Igreja Católica tinha de organizar e legitimar suas práticas, principalmente quando relacionadas à Santa Inquisição, que já atuava desde o final do século XII. Até aquele momento, não havia uma referência oficial que abordasse a questão da bruxaria. Os padres foram nomeados inquisidores para que investigassem as práticas de bruxaria nas províncias do norte da Alemanha e incumbidos de produzir a obra que institucionaliza e legitima a ação da Igreja. Na realidade era um manual com orientações sobre como interrogar e identificar uma bruxa. Inclusive defendia a prática de tortura para obter a confissão das mulheres acusadas de bruxaria.

5 A confecção do DVD

O produto que apresentamos nesse trabalho é um DVD narrado em Libras e com legendas em português que destaca aspectos que consideramos fundamentais para a compreensão histórica da misoginia e sua repercussão na vida das mulheres na atualidade. Partindo da obra *O martelo das feiticeiras*, buscamos possibilitar o acesso a um texto histórico escrito há mais de cinco séculos e possibilitar também a ideia de processo histórico. A violência a que as mulheres são submetidas em diversas sociedades na atualidade tem raízes históricas que precisam ser conhecidas para dar mais densidade às lutas feministas.

O propósito desse DVD em Libras e legendado em português é construir a ideia de processo histórico e a compreensão da dinâmica da opressão e da resistência e tornar acessíveis esses conceitos implicados nas lutas históricas da mulher, e do que entendemos como feminismo, a fim de compor um material bilíngue que sirva de elemento estruturante para o debate sobre o feminismo e suas implicações históricas, em contexto bilíngue.

VI. Resistência surda

Mulher
minha boca é um túmulo
mãos acorrentadas
mas leio teus lábios feito lunática irão nos
enterrar aos poucos minha prece é um insulto
sigo tua ordem feito um leão feroz
(PIOVESAN, 1995, s/p).

num cenário de resistência
ninguém entende a minha loucura
um manifesto de bravura
já nascemos escravas
somos todas filhas de Maria feiticeiras, bruxas
todas filhas do *Malleus Maleficarum* nessa terra esplêndida
onde a posse é violenta e bruta privatiza a mulher
que não foge à sangrenta luta
tão pura como animal no pasto domado, adestrado
um mortal nefasto
Mas, hoje soltemos fogos de artifícios Que minha chaga já foi exposta
fogo louco, labareda, fogaRéu,
o fogo arde por inteiro patriarcalismo, não!
Machismo,
torpes perversos
Não
Avancemos, mulheres na luta

(NEVES, L. *O martelo das feiticeiras (Malleus Maleficarum) e a Misoginia: introdução às lutas feministas na Educação de Surdos*. 2018. Dissertação. Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, CMDI – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ).

Acima, um resumo poético final do produto. Poema de resiliência que afirma que nós mulheres nascemos escravas, pois somos todas filhas do *Malleus Malleficarum*. Entretanto aponta para a necessidade de resistir entre fogos e fogaréu surgindo uma nova mulher inscrita numa nova percepção de si mesma. Uma nova forma de destacar a sua identidade, o seu valor, seu direito e a sua luta que resgata histórias do movimento feminista que ressalta a igualdade no mercado de trabalho e seu direito ao voto. Expressa a luta de classes no cenário capitalista e brasileiro.

Foi através do esforço de movimentos que muitas mulheres conheceram a história de opressão a que foram secularmente submetidas e reprimidas da sua exclusão, mesmo rebaixadas, foram perseverantes na luta e resistência, assim como e vale ressaltar que:

Considerações finais

Através das lutas feministas, milhões de mulheres puderam reconhecer seu valor e seu direito de desenvolver plenamente suas potencialidades: sexuais, afetivas, morais, políticas, intelectuais etc. Aprenderam a recusar terminantemente as limitações que os homens lhes impuseram, a imposição de permanecerem apenas como mães, esposas e donas-de-casa (ALMBERT, 1986, p.86).

Concluimos no primeiro objetivo que a luta feminina não terminou e que dar o acesso ao conhecimento à mulher surda é uma forma de incentivá-la à busca por reflexões com potência transformadora. E o material acessível na língua de sinais poderá contribuir para facilitar que este conhecimento seja mais fácil de divulgar entre as mulheres surdas. A aprendizagem de novos conceitos é um processo cognitivo longo que só podemos construir se for ensinado.

Infelizmente as mulheres repetem desde *Malleus Malleficarum* a imagem desconfortante que o machismo configura: a mulher deve ser submissa e ter o corpo apropriado e controlado. O estupro é uma forma de controle e de apropriação do corpo da mulher. Destacamos essas mulheres pela atualidade de seus feitos e pelos temas implicados em suas lutas: o acesso ao conhecimento e o corpo violado.

Esse debate infelizmente é pouco explorado na educação de surdos por falta de acessibilidade linguística, distanciando a mulher surda de uma consciência política. É desafiante para todos os envolvidos na educação de surdos a constatação da falta de recursos, de métodos e de profissionais nos Ensinos

Médio e Superior que dominem a língua de sinais e que possam consolidar conhecimento de fato. Portanto temos a convicção de que materiais bilíngues configuram importante ferramentas para que o surdo tenha acesso de fato ao conhecimento e que possa refletir sobre ele.

A proposta deste trabalho é contribuir com a expansão do conhecimento em Libras e ser, por seu conteúdo, um instrumento de reflexão e libertação da mulher surda. O entendimento é o de que só resistimos se conhecemos.

Assim como há várias mulheres líderes na história dos movimentos surdos, que travaram batalhas pelo reconhecimento da Língua de Sinais e pela valorização da identidade surda. Um artigo de Vilhalva (2005) possui um histórico de luta das mulheres surdas. A autora⁴ também fala sobre as políticas para a mulher desenvolvidas no Estado do Mato Grosso do Sul e sobre o grupo de mulheres surdas de Campo Grande que organizou em 2004 o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes, em Belo Horizonte. O encontro teve o objetivo principal de aumentar os movimentos de mulheres surdas em todos os países da América Latina na luta por direito à saúde, à educação bilíngue, à acessibilidade, à proteção de mulheres vítimas de violência, à participação política, entre outros. Depois desse encontro as surdas conquistaram alguns direitos, bem como o direito da gestante surda de contar com interprete de Libras, desde as consultas do pré-natal a parto pelo SUS. Nos últimos anos, as mulheres surdas têm, cada vez mais, tomado a liderança dos movimentos, isso deve ser pelo fato de elas serem a maioria entre os professores surdos:

assim como na educação em geral esse dado se justifique pelo fato de as mulheres serem maioria no trabalho docente, pois historicamente foi construído um discurso de que a mulher possui vocação para o magistério, que é menos uma profissão e mais um sacerdócio. (GARCIA et al, 2005).

Assim, a feminização do trabalho docente também acontece na comunidade surda (KLEIN, 2007).

Em conclusão, que Malleus nos ajude a trazer à tona as raízes históricas que nos lembrem o motivo pelo qual ocorre atualmente essa luta. Por isso a existência dos movimentos feministas. E também que possamos refletir sobre a situação das mulheres surdas vítimas de violência que não têm acesso à denuncia

⁴ Shirley Vilhalva, a autora do *Despertar do silêncio*, é brasileira, surda e descendente de indígenas. Em sua dissertação de mestrado, ela percorre comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul em busca de línguas de sinais emergentes pelo fim do isolamento dos índios surdos.

e nem à informação contra o sistema opressor. Pretendemos dar continuidade, por tempo indeterminado, à divulgação dos vídeos produzidos através de meios digitais como e-mail, Facebook e WhatsApp, visando a alcançar um maior número de pessoas. Esperamos que este trabalho seja uma ferramenta de estudo e divulgação de informação para o público em geral do processo de inclusão principalmente das mulheres surdas de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Z. *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BEAUVOIR, S de. *O segundo sexo*. Nova Fronteira, 2014.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós- modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- HOLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KRAMER, H. & SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum (1484): o martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991.
- KRÚSPKAIA, N. K. Guerra e maternidade. In SCHNEIDER, G. (Org.) *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MEC/SEESP Ministério da Educação. Direito à Educação. Subsídios para a gestão dos Sistema Educacionais. Brasília-DF, 2004.
- MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- QUADROS, R. M. de & KARNOPP. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Art. Med. 2004.
- ROCHA, S. M. *Memória e história: a indagação de Esmeralda*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.
- SKLIAR, C. *La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica*. Mendoza, Argentina: Ediunc, 1997.
- SCHNEIDER, G. (Org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.